

**ATA DE REUNIÃO Nº 01/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
INPREVID**

Aos 29 dias do mês de janeiro de 2026, às 08h30min, na sede do INPREVID, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos - o Presidente Vilso Vanz, a Tesoureira Juliane Maria Colle Wartha e o Membro Wolmar Erdmann, para a reunião ordinária do mês. O Presidente Vilso deu boas-vindas e iniciou os trabalhos apresentando a **Análise dos Investimentos em dezembro/2025: Composição da Carteira de Investimentos:** Fundos em Renda Fixa: **24,54%**; Fundos em Renda Variável: **4,84%**; Fundos Multimercado: **0,00%**; Investimentos no Exterior: **0,00%**; Títulos Públicos (NTN-B): **70,62%**. Recursos Financeiros Aplicados: **R\$ 430.920.634,34**. Recursos em Conta Corrente: **R\$ 150,52**. **Rentabilidade média da carteira acumulada no mês: 0,83%**. **Rendimento: R\$3.530.888,73**. **Destaques:** 1) Rentabilidade positiva dos Títulos Públicos (NTN-B): média de 0,81%, com valor acumulado em **R\$ 304.318.094,99**; 2) Variação negativa do investimento: Caixa Ações Livre, em -0,63%, mas ressaltando que no ano de 2025 fechou a rentabilidade em 36,26% a.a. 3) INPREVID fechou o ano com 12,17% de rentabilidade acumulada, atingindo a meta estabelecida para 2025, e saldo de rendimento das aplicações R\$47.539.468,48. **Aplicações:** R\$ 8.327.585,57 de saldo movimentado. **Resgates:** R\$ 5.386.081,87 de saldo movimentado; Saldo entre aplicações e resgates foi positivo: R\$2.941.503,70. **Distribuição dos recursos do INPREVID:** BB Gestão DTVM: 14,48%; Caixa DTVM: 14,90%; e Títulos Públicos: 70,62%. Para o ano de 2025 o INPREVID atingiu a meta de rentabilidade, ultrapassando o estabelecido em 3,81%, fechando o ano com 12,17% acumulados. Para o ano de 2026 a meta de rentabilidade está estipulada em INPC+5,5% a.a. de acordo com as expectativas do mercado, deverá ficar em torno de 9,83% no acumulado do exercício. O ano de 2026 iniciou com mudanças na legislação para as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, com a aprovação da resolução CMN 5.272/2025 que estabelece novas regras para as aplicações dos recursos de fundos de investimentos, a resolução entrará em vigor a partir de 01/02/2026 e impõem uma série de limitações aos RPPS de acordo com o nível de adesão ao programa Pró-Gestão. A empresa de consultorias SMI elaborou uma orientação para o INPREVID quanto as mudanças que atingirão o RPPS, e segue em anexo a esta ata (anexo 01). Para o segundo semestre de 2026 será estudado a possibilidade de alteração do Nível de Pró-Gestão do RPPS, para ampliar o leque de tipos de fundos de investimentos que podem receber aplicações. A Resolução CMN nº 5.272/25 estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados exclusivamente nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados, Fundos Imobiliários e Empréstimos Consignados. Considerando que o INPREVID possui Nível de Pró-Gestão I, a partir de fevereiro as aplicações estarão limitadas aos seguintes tipos de ativos: Classes de Fundos de Investimento/ETF - 100% Títulos Públicos (Art. 7, I), Títulos de Emissão do Tesouro Nacional - Oferta Primária ou Plataforma Eletrônica (Art. 7, II) e Títulos de Emissão do Tesouro Nacional - Mercado de Balcão (Art. 7, III) ou seja aqueles apresentados na tabela 2 da Política de Investimentos, em anexo (anexo 02). Atualmente o INPREVID possui quatro fundos que não poderão receber mais aplicações a partir de 01/02/2026:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

13.077.418/0001-49 BB FIC Prev. Perfil Renda Fixa, 13.077.415/0001-05 BB FIC Previdenciário Fluxo, 03.737.206/0001-97 Caixa Brasil Referenciado e 30.068.169/0001-44 Caixa FIC FIA Ações Livre Quantitativo, tendo o prazo de dois anos para que sejam devidamente enquadrados ao que estabelece a nova resolução, com a nova resolução, tornou-se necessário também a adequação da Política de Investimentos para 2026, onde o comitê atualizou a versão final e a encaminhou ao conselho administrativos para deliberação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, assim como esta ata, que segue assinada pelos presentes.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID e
Presidente do Comitê de Investimentos

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
Tesoureira do INPREVID e
Membro do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN
Membro do Comitê de Investimentos

ANEXO ÚNICO: COMENTÁRIOS À CONJUNTURA ECONÔMICA:

A leitura de 2025 mostrou os impactos globais de Trump a partir de políticas que fogem do consenso tradicional e adotam uma abordagem menos convencional. As incertezas e negociações ao longo do ano causaram ruídos, choques para a economia e maior volatilidade dos investimentos. A soma desses fatores enfraqueceu o dólar globalmente, com impacto positivo para o governo americano, ao reduzir o peso da dívida pública, apesar de pressionar os juros de longo prazo. Para os demais países, principalmente os emergentes, a desvalorização do dólar beneficia um maior fluxo de recursos para mercados descontados. É o caso do Brasil, em que investidores estrangeiros deram suporte aos ativos locais no decorrer do ano. Ao mesmo tempo, os desafios brasileiros continuaram concentrados na dinâmica fiscal, em que houve dificuldade de ajuste orçamentário e tentativas de recuperação da popularidade do atual presidente.

A economia dos Estados Unidos segue em expansão, porém os sinais atuais indicam esgotamento. A dinâmica econômica permanece concentrada no setor de serviços, enquanto a indústria continua operando em contração, refletindo o enfraquecimento da demanda e o menor impulso das exportações. No entanto, os dados defasados do terceiro trimestre sugerem que o processo de desaquecimento ocorre de forma mais lenta do que o esperado. O consumo das famílias surpreendeu, superando as expectativas e impulsionando a demanda por serviços, além dos gastos do governo, que registraram o primeiro crescimento do ano.

Além disso, o mercado de trabalho apresenta indícios de moderação gradual, com desaceleração das contratações e maior cautela por parte das empresas diante de um cenário de incerteza prolongada. Do ponto de vista inflacionário, embora haja evidências de arrefecimento, as pressões subjacentes permanecem relevantes, especialmente nos segmentos ligados a serviços. Nesse contexto, o Federal Reserve mantém uma postura dependente dos dados, convivendo com divergências entre seus membros e evitando sinalizações sobre a trajetória da política monetária em 2026.

Na Zona do Euro, a recuperação econômica avança de forma heterogênea, porém fragilizada. A expansão da atividade segue sustentada pelo setor de serviços, enquanto a indústria permanece pressionada por uma demanda externa enfraquecida, custos elevados, perda de competitividade e desempenho desigual entre as principais economias do bloco. O mercado de trabalho ainda demonstra resiliência, porém com a criação de vagas cada vez mais concentrada em serviços, refletindo a perda de fôlego do setor industrial.

Ao mesmo tempo, os preços permanecem próximos à meta, embora o setor de serviços mantenha pressões inflacionárias, condição que limita uma flexibilização da política monetária. Diante desse quadro, o Banco Central Europeu reforça a cautela, sinalizando que o início de 2026 deverá ser marcado por uma comunicação baseada na evolução dos dados como fator essencial para avaliar o ritmo de ajuste dos juros.

Na China, a economia enfrenta um ambiente desafiador, caracterizado pela estagnação da indústria e pela insuficiência da demanda doméstica para sustentar um crescimento mais robusto. O excesso de capacidade produtiva continua exercendo pressão sobre os preços, mantendo o risco deflacionário como um dos principais desafios macroeconômicos. Apesar da melhora no comércio exterior, o cenário global menos favorável limita a contribuição das exportações. Diante dessas restrições, o governo reforça o papel das políticas fiscal e monetária como instrumentos centrais para estabilizar a economia, priorizando estímulos ao consumo, apoio ao setor privado,

inovação tecnológica e reorganização do mercado imobiliário como vetores de crescimento em 2026.

No Brasil, o cenário político permanece marcado por um elevado grau de incerteza, intensificado pela antecipação do quadro eleitoral e por recorrentes tensões entre os Poderes. As negociações fiscais avançam em um contexto de fragilidade institucional, no qual medidas de recomposição de receitas e ajustes orçamentários são conduzidas sob forte pressão de curto prazo. A percepção predominante é de que o ajuste fiscal ocorre de forma reativa e sem um arcabouço estruturalmente robusto, o que compromete a previsibilidade das regras e mantém elevados os prêmios de risco exigidos pelos investidores.

Por sua vez, o Banco Central mantém uma política monetária significativamente contracionista, reafirmando seu compromisso com a convergência da inflação à meta em um ambiente ainda permeado por incertezas fiscais e econômicas. A autoridade monetária reconhece avanços no processo desinflacionaria, mas destaca que as expectativas seguem sensíveis à trajetória das políticas fiscais e à moderação da atividade econômica. O mercado de trabalho, ainda relativamente apertado, reforça a necessidade de cautela, de modo que qualquer flexibilização da política monetária permanece condicionada à consolidação do cenário inflacionário e ao fortalecimento da credibilidade fiscal ao longo de 2026.

No que se refere aos dados econômicos, observa-se um processo de desaceleração ordenada, compatível com um cenário de pouso suave. O desempenho segue sustentado por segmentos específicos, em especial o setor de serviços, além do consumo das famílias e do governo, enquanto a indústria evidencia perda gradual de tração. Esse ritmo mais contido de expansão contribui para o arrefecimento das pressões inflacionárias, mas também revela limitações estruturais para um crescimento mais robusto no atual contexto de juros elevados.

Os números do mercado de trabalho continuam indicando uma transição de um momento de resiliência para uma fase de acomodação gradual. Apesar da renovação da menor taxa de desemprego da série histórica, a criação de empregos perde intensidade e se concentra em setores menos sensíveis ao ciclo econômico atual, enquanto segmentos dependentes de crédito e investimento apresentam maior fragilidade.

Dezembro consolidou o melhor resultado anual para a bolsa brasileira desde 2016, apoiado pela queda do dólar e pelo fluxo de capital estrangeiro. A expectativa de desaceleração da atividade, a trajetória benigna da inflação e a perspectiva de início de um ciclo de cortes pelo Banco Central criaram oportunidades para o fechamento dos vértices mais curtos da curva de juros futuros, enquanto os benchmarks mais longos foram penalizados pelos ruídos fiscais. Nas bolsas internacionais, houve maior volatilidade no início do ano em razão das diversas incertezas envolvendo o governo Trump, seguida por uma recuperação consistente ao longo dos meses. No entanto, o último mês encerrou em queda para os principais índices acionários dos Estados Unidos, com investidores cautelosos quanto aos próximos passos do Fed e às incertezas relacionadas à condução fiscal.